

Presidência do Governo

Despacho n.º 266/2025 de 6 de fevereiro de 2025

Na sequência da publicação e entrada em vigor do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2025/A, de 24 de janeiro, que aprova a orgânica e quadro do pessoal dirigente e de chefia da Presidência do Governo Regional, mostra-se necessário preencher o lugar, que se encontra vago, de Consultor-coordenador do Centro de Consulta e Estudos Técnico-Jurídicos do Governo Regional.

Importa, pois, que a escolha recaia em personalidade que, pelo seu perfil curricular, demonstre possuir a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas à plena prossecução das competências e ao exercício das funções que correspondem àquele cargo.

A formação, as reconhecidas capacidades técnicas, bem como a respetiva experiência e relevante atividade profissional desenvolvida pela Licenciada em Direito Alexandra Maria do Couto Pereira, permitem-nos concluir pelo seu adequado perfil e pela posse dos requisitos estabelecidos na lei para o exercício do cargo de Consultor-coordenador do Centro de Consulta e Estudos Técnico-Jurídicos do Governo Regional.

Assim, ao abrigo disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, na sua redação atual, bem como nos termos do estatuído no n.º 1 do artigo 1.º, no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 29 de maio, que aprova o Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração regional, na sua redação atual, determino o seguinte:

1 - Nomear, em regime de comissão de serviço e pelo período de duração do mandato do Presidente do Governo Regional, a Licenciada em Direito, Alexandra Maria do Couto Pereira, para exercer o cargo de Consultor-coordenador do Centro de Consulta e Estudos Técnico-Jurídicos do Governo Regional, cargo equiparado, para todos os efeitos legais, a cargo de direção superior de 1.º grau, previsto no n.º 12 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A, de 11 de abril, que aprova a orgânica do XIV Governo Regional, na sua redação atual, e no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2025/A, de 24 de janeiro, que aprova a orgânica e quadro do pessoal dirigente e de chefia da Presidência do Governo Regional.

2 - A nomeada mantém o seu lugar de origem e os direitos a ele inerentes, auferindo a remuneração mensal fixada na lei para os cargos de direção superior de 1.º grau, acrescida dos abonos e despesas de representação correspondentes ao cargo.

3 - A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz os seus efeitos legais a 4 de fevereiro de 2025.

4 - Revogar o Despacho n.º 787/2024, de 24 de abril, com efeitos legais a 4 de fevereiro de 2025.

5 - Em anexo ao presente despacho é publicada nota biográfica com o perfil académico e profissional da nomeada.

6 - O presente despacho não é objeto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, por força da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 de fevereiro de 2025. - O Presidente do Governo, *José Manuel Bolieiro*.

Anexo

(a que se refere o n.º 4)

Nota Biográfica

DADOS BIOGRÁFICOS:

Alexandra Maria do Couto Pereira.

Nasceu a 18 de novembro de 1978, em Lisboa.

FORMAÇÃO ACADÉMICA:

Licenciada em Direito, pela Universidade Moderna de Lisboa (2001).

Membro da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução (2005, com inscrição suspensa a seu pedido).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Desde setembro de 2021 desempenha funções de Consultora Sénior II do Centro de Consulta e Estudos Jurídicos do Governo Regional.

Entre julho de 2014 a novembro de 2020 desempenhou funções de adjunta do Gabinete do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Em 2016 integrou a Administração Pública Regional dos Açores, carreira de técnica superior, encontrando-se presentemente afeta à Presidência do Governo Regional.

Entre outubro de 2013 e outubro de 2017 desempenhou funções de 1.ª vogal do Conselho de Administração da empresa municipal Urbhorta, Construção, Gestão e Exploração de Projetos de Desenvolvimento Empresarial, EEM., na cidade da Horta.

Entre novembro de 2017 e novembro de 2020 foi 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Geral da “Associação RAEGE Açores – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais”.

Desde julho de 2022 é membro do Conselho Fiscal da “Associação RAEGE Açores – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais”.

No âmbito do exercício da sua atividade profissional, enquanto profissional liberal, exerceu a atividade de solicitadora e de assessoria jurídica a diversas entidades, de natureza pública e privada.

Desempenhou ainda a atividade de formadora na Escola Profissional da Horta.

Direcionou o seu conhecimento e experiência profissional na investigação e especialização em áreas associadas ao Direito Administrativo, à Contratação Pública, e na prestação de consultoria e assessoria jurídica, através da elaboração de pareceres de elevada complexidade, assim como no âmbito da Ciências da Legislação e Legística e o seu impacto na avaliação das políticas públicas.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Pós-Graduação em Contratação Pública, pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Pós-Graduação em Ciência da Legislação e Legística, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Ao longo dos anos tem ainda realizado formação profissional nas diversas áreas do direito da sua especialidade.